

1 **Ata da Reunião Plenária Ordinária nº 3.067, de 11 de março de 2024.** Aos  
 2 onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze  
 3 horas, o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina - CEE/SC, com  
 4 sede no 3º andar do Bloco "B", do Edifício Ceisa Center, em Florianópolis,  
 5 reuniu-se em Sessão Plenária Virtual, pelo *link*: [https://meet.google.com/rod-](https://meet.google.com/rod-rzvu-rnb)  
 6 [rzvu-rnb](https://meet.google.com/rod-rzvu-rnb), nos termos do art. 14 do Regimento Interno, sob a presidência do  
 7 conselheiro Osvaldir Ramos, contando com a participação dos conselheiros  
 8 titulares: Simone Schramm – vice-presidente; Ana Cláudia Collaço de Mello –  
 9 secretária da Mesa Diretora; Adelcio Machado dos Santos; Alex Cleidir Tardetti;  
 10 Alvete Pasin Bedin; Antônio Carlos Nunes; Celso Lopes de Albuquerque  
 11 Junior; Claudio Luiz Orço; Diogo Raimundo Martins; Felipe Felisbino, Luciane  
 12 Bisognin Ceretta; Maurício Fernandes Pereira; Mehran Ramezani; Moisés  
 13 Diersmann; Natalino Uggioni; Patrícia Lueders; Solange Salette Sprandel da  
 14 Silva; Sônia Regina Victorino Fachini; e Tito Lívio Lermen; e da conselheira  
 15 suplente: Elizabete Terezina Piotto Kitamura. Ao cumprimentar os presentes, o  
 16 presidente solicitou o registro no *chat* de suas presenças e, de imediato, abriu a  
 17 palavra em **EXPEDIENTE**: conselheiro Maurício anunciou que será ministrado  
 18 curso pelo professor Eduardo Gafa sobre Inteligência Artificial - Oficina  
 19 Inteligência Artificial Generativa na sala de aula, para servidores do CEE/SC e,  
 20 posteriormente, para os conselheiros. Curso extremamente atual e importante  
 21 sobre as ferramentas que estão à nossa disposição. Presidente comentou  
 22 sobre o entusiasmo de todos para assistir o referido curso. Presidente informou  
 23 que hoje foi realizado mais um encontro do GT de Estudos sobre racismo e  
 24 discriminação nas escolas. Destacou que foram iniciadas as visitas de  
 25 monitoramento e regularidade nas escolas do Sistema Estadual de Educação  
 26 na última semana. Trata-se de projeto que estava sendo maturado há muito  
 27 tempo. Na semana passada, as visitas foram realizadas na região Oeste do  
 28 Estado, tanto em escolas quanto nas CREs. Foram 8 CREs, 10 escolas  
 29 privadas e 2 escolas públicas que receberam os técnicos do CEE/SC.  
 30 Presidente agradeceu a servidora Edivana que está coordenando as visitas nas  
 31 regionais, assim como o indispensável apoio da SED para realização das  
 32 visitas. O instrumento aplicado foi o da avaliação institucional aprovado neste  
 33 plenário a partir da Comissão Especial de Avaliação. Esta semana será feito  
 34 diagnóstico do instrumento aplicado ou se serão necessários ajustes. Esse  
 35 projeto está relacionado ao do Selo Escola Credenciada. Agradeceu a acolhida  
 36 dos conselheiros que acompanharam os servidores do CEE nas visitas a  
 37 Municípios do Oeste. Conselheira Solange acompanhou em Concórdia,  
 38 conselheiro Alex em São Lourenço do Oeste, conselheiro Cláudio em Xanxerê,  
 39 conselheira Alvete em Chapecó. Sempre que tivermos com a equipe em  
 40 campo, solicitaremos ao conselheiro da região para acompanhar a visita. Essas  
 41 visitas são de cortesia e de esclarecimento, por exemplo, sobre o SISTEC. O  
 42 Alexandre está fazendo a capacitação do SISTEC. Faremos questão de, após  
 43 analisados os dados e feito um relatório, levar a equipe desse projeto para  
 44 apresentação na Comissão de Avaliação. Aproveitou para informar que já foi  
 45 aberto processo para alteração da nossa Resolução da Educação Básica, em  
 46 especial, sobre o Projeto Pedagógico. Essa interação dos técnicos se torna  
 47 muito importante por nos aproximar das regionais e é um trabalho de  
 48 cooperação com a SED. Conselheira Patrícia agradeceu presença da equipe e  
 49 de conselheiros que puderam comparecer às coordenadorias regionais e às  
 50 escolas visitadas. É premissa deste Governo estar próximo das pessoas, a  
 51 nossa gestão é para as pessoas, com sempre reforça o nosso Governador  
 52 Jorginho Mello. E agradeceu ainda a posse da conselheira Elizabete no Comitê

53 Estadual para criar a política de alfabetização de Santa Catarina. Conselheira  
 54 Elizabete agradeceu as palavras carinhosas da conselheira Patrícia.  
 55 Conselheira Alvetete comunicou a proposta de reformulação de nossa resolução  
 56 em termos de Projeto Político Pedagógico. Comentou sobre a importância  
 57 dessas visitas para o compromisso com a educação. Conselheira Sônia  
 58 abordou a questão do Floripa Alfabetiza que foi deflagrada pela política de  
 59 estado para a alfabetização até o segundo ano, devendo iniciar na educação  
 60 infantil. Conselheira Simone teceu considerações a respeito da visita realizada  
 61 pelo presidente a Joinville, ao Colégio Cenecista José Elias Moreira, à  
 62 Coordenadoria Regional de Educação, que foi muito produtiva. À noite,  
 63 participamos do evento promovido pela ACIJ - Associação Empresarial de  
 64 Joinville, que contou com a presença do Governador Jorginho Mello e ele  
 65 referenciou por duas vezes o nosso CEE/SC, além do reconhecimento pela  
 66 SED e seus dirigentes. Foi muito valiosa sua presença aqui. O que ocorreu  
 67 com a presença da equipe da CRE no interior do Estado, não foi diferente aqui  
 68 em Joinville. Muitas perguntas, muitas dúvidas sendo superadas, foi realmente  
 69 esclarecedor esse momento. Foi a primeira vez que um presidente de conselho  
 70 visitou a CRE de Joinville. Todos se sentiram prestigiados. Nós realmente  
 71 precisamos estar próximos dos gestores regionais. Presidente lembrou que  
 72 deve ser encaminhado para CRE de Joinville a proposta de alteração do PPP  
 73 para as contribuições deles. Relatou a visita realizada pela mesa diretora do  
 74 CEE/SC ao Secretário Aristides Cimadon, oportunidade em que conversamos  
 75 sobre educação, sobre algumas questões que nos preocupam e sobre projetos  
 76 futuros. Já no dia seguinte, lá estive, para, juntamente com o secretário  
 77 Cimadon receber o reitor da UNOESC, quanto tratamos da migração para o  
 78 Sistema Estadual de Educação. Passou a palavra ao conselheiro Felipe para  
 79 fazer uma panorâmica do trabalho realizado referente ao racismo e a  
 80 discriminação em âmbito das escolas e nos situe com o cronograma. Solicitou  
 81 ao conselheiro Felipe para encaminhar parecer aos demais conselheiros para  
 82 conhecimento. Conselheiro Felipe comenta que, no dia 25 de março, o parecer  
 83 deverá ser deliberado na Comissão de Planejamento e depois seguirá ao  
 84 plenário. Solicitou paciência para a manifestação um pouco extensa que fará  
 85 sobre a matéria em exame. O texto lido e comentado segue anexo a esta ata.  
 86 Conselheiro Maurício parabenizou o conselheiro relator Felipe pela capacidade  
 87 reflexiva. Fez comentário sobre o racismo nas escolas e na sociedade. Durante  
 88 a minha passagem pela secretaria de educação de Florianópolis, eu aprendi  
 89 que não basta ser contra o racismo, nós temos que praticar a igualdade, a  
 90 justiça. Nós temos um preconceito estrutural que muitas vezes tem início na  
 91 família. Eu sempre citava autoridades como Mandela, Martin Luther King Jr.,  
 92 Angela Davis, Desmond Mpilo Tutu. Sugeriu ao conselheiro Felipe inserir  
 93 situações práticas no parecer. Conselheira Ana Cláudia parabenizou o  
 94 conselheiro Felipe como relator e a Comissão de Planejamento pela discussão  
 95 e parecer sobre tema sensível, especialmente por reverberar as contribuições  
 96 da consulta pública. Conselheira Alvetete parabenizou o conselheiro Felipe e  
 97 coloca que parecer vai contribuir muito para esse tema ser trabalhado nas  
 98 escolas. Presidente solicitou autorização para trazer dois processos  
 99 distribuídos para pauta, o que foi aprovado pelos presentes. **ORDEM DO DIA:**  
 100 presidente colocou em apreciação e em deliberação, e foram aprovados os  
 101 seguintes processos: **01. PROCESSO SED 144444/2023** - Centro Educacional  
 102 Antonieta de Barros Ltda. - FLORIANÓPOLIS- SC. Comissão de Educação  
 103 Básica OBJETO: Credenciamento do Colégio Ludus e autorização para o  
 104 funcionamento do Curso de Ensino Fundamental (anos iniciais), Município de

105 Florianópolis. RELATORA: Elizabete Teresinha Piotto Kitamura DECISÃO DA  
 106 COMISSÃO: Aprovado por maioria dos presentes. DECISÃO DO PLENÁRIO:  
 107 Aprovado por unanimidade dos presentes. PARECER: 139. **02. PROCESSO**  
 108 **SED 207294/2023** - CENTRO EDUCACIONAL SINERGIA – LTDA. Me. –  
 109 NAVEGANTES – SC. Comissão de Educação Profissional OBJETO:  
 110 Autorização para o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em  
 111 Transações Imobiliárias, eixo tecnológico em Gestão e Negócios, na  
 112 modalidade presencial e nas formas concomitante e subsequente, a ser  
 113 ofertado pelo Colégio Sinergia, Município de Navegantes. RELATOR: Mehran  
 114 Ramezali DECISÃO DA COMISSÃO: Aprovado por unanimidade dos  
 115 presentes. DECISÃO DO PLENÁRIO: Aprovado por unanimidade dos  
 116 presentes. PARECER: 140. Aprovados todos os pareceres, o presidente  
 117 passou a **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**: Conselheiro Tito comentou sobre o  
 118 texto lido pelo conselheiro Felipe e destacou a palavra tolerância,  
 119 parabenizando o relator e solicitou o compartilhamento do texto. Não havendo  
 120 inscrições, o presidente desejou bom trabalho a todos nas comissões e  
 121 declarou encerrada a Sessão Plenária, quando, então, passei a lavrar a  
 122 presente Ata, que vai, a seguir, assinada por mim e por todos os conselheiros  
 123 presentes. Florianópolis (SC), 11 de março de 2024. Conselheira Ana Cláudia  
 124 Collaço de Mello, Secretária da Mesa Diretora do CEE/SC.

Handwritten signatures in blue ink, including names like Felipe, Tito, Ana Cláudia, and others, along with initials and a circled number 2.

Fala do Relator, Conselheiro Felipe Felisbino, na reunião plenária do CEE-SC, em 11.03.2024, encaminhando o documento - Parecer à Mesa Diretora para deliberação no dia 25.03.2024, conforme calendário.

Este registro é a partir da ótica do conselheiro relator, que tenta condensar num texto, interpretativo, as manifestações em torno do estudo proposto.

O texto do Parecer seguirá na sequência, em complemento, quando liberado pela equipe técnica do CEE o formato de Parecer.

#### **Cronograma em curso:**

22.01.2024 – apresentação da intenção da formatação do parecer pela relatoria e o encaminhamento da minuta do parecer aos conselheiros membros da Comissão de Planejamento;

26.01.2024 – prazo para a devolutiva dos membros da Comissão de Planejamento ao relator;

29.01.2024 – leitura da minuta do parecer na Comissão de Planejamento, com as considerações de cada um dos membros da Comissão de Planejamento;

31.01.2024 – encaminhamento da minuta aos integrantes do Grupo de Trabalho – GT: estudos sobre o racismo e discriminação nas escolas, com a compilação – harmonização das sugestões dos membros da Comissão de Planejamento;

15.02.2024 – prazo para a devolutiva dos membros do GT ao relator;

19.02.2024 – apresentação da compilação – harmonização das sugestões do GT para a Comissão de Planejamento em reunião conjunta com o GT;

22.02.2024 – abertura de consulta pública pelo CEE-SC;

05.03.2024 – prazo final para a consulta pública, iniciando a compilação das sugestões recebidas;

11.03.2024 – apresentação da compilação – harmonização das sugestões recebidas na consulta pública para a Comissão de Planejamento em reunião conjunta com o GT.

25.03.2024 – apresentação ao Plenário do CEE-SC.

#### **A percepção:**

Ao organizar este estudo eu encontrei inúmeras manifestações: artigos, discursos, projetos, propostas, enfim, um universo alvissareiro orbitando sobre o tema em questão.

Quanto aprendido ao pesquisar **sobre a amplitude do preconceito, da discriminação humana.**

Inicialmente registro minha gratidão aos integrantes da Comissão de Planejamento (CPL) pela confiança da relatoria, bem como por compreenderem a urgência de encaminhamentos, visando orientar a sociedade e a comunidade escolar Catarinense sobre tão delicada temática.

Neste caminhar foram inúmeras descobertas, que foram se descortinando durante a minha pesquisa, dentre tantas, me tocou muito uma das manifestações da Ministra de Estado da Educação e Cultura do governo de Moçambique, Professora Graça Machel.

Que serenidade, digna de quem tem o domínio e o respeito da cátedra, de quem luta pela dignidade humana.

E ela diz: **“Antes de qualquer coisa somos humanos”**.

Que profundidade, ou seja, devemos nos concentrar naquilo que somos iguais, não nas pequenas e grandes diferenças, que ao longo da história nós fomos construindo e cristalizando.

Cristalizamos critérios de valores: masculino, feminino, amarelo, negro, branco... bonito, feio... fomentando o preconceito e a discriminação.

Isso não estabelece critério de valor para uns serem mais importantes do que os outros.

A discriminação e o preconceito não se limitam ao racismo, sabemos disto.

A confissão de uma fé, por exemplo, a crença em Deus, seja na prática do Islã – uma condição de paz entre o corpo e o espírito; ou no Candomblé; no Catolicismo, no Espiritismo, ou até mesmo de um ateu, são manifestadas em diferentes formas – sendo que isso só explica que cada ser humano reconhece que existe uma força maior do que todos nós, simples assim, se não houvesse entre os homens discriminação e preconceito.

Todas essas diferenças e estratificações – que vão se acumulando feito camadas, ficando solidas como uma rocha, são produtos de construções sociais, de humanos, portanto não são naturais, são preconceitos discriminatórios, ou pré-conceitos culturais de uma sociedade desumanizada, realidade que pode ser alterada pela conscientização coletiva pela educação.

Devemos insistir na igualdade, e naquilo que é natural, para repensarmos o sentido da vida.

A humanidade é fonte de vida. A natureza nos oferece tudo o que precisamos para a nossa vida: água, sem água não há vida; ar, sem ar não há vida; frutos, cereais, outros animais; tudo é natural, mas o homem resolveu destruir as fontes de vida, interferindo de forma agressiva, negando a naturalidade das coisas – eis aqui mais um exemplo que imbrica à temática – o preconceito a ética das coisas naturais.

Assim, desenvolvemos uma forma de SER e ESTAR na sociedade, vivemos para acumular, para competir: ganância; consumismo; excessos; obsessão a bens materiais – são bem-sucedidos os que acumulam muito dinheiro: ser rico, ser pobre – isso quebra a essência natural da ética da vida, não é um valor, é depreciação, é um desvalor humano.

Vivemos tudo isso boquiabertos, pela perplexidade, sem dúvida, pois ainda somos humanos.

Nós humanos provocamos muitos desequilíbrios. Instituímos com naturalidade a lei do mais forte, enfraquecemos a solidariedade humana, que é substituída pela desigualdade, pela intolerância, pela imposição de grupos e ideias, gerando uma discriminação social desenfreada.

Focamos nossas vidas em oportunidades vazias ou meras conveniências, portanto, ainda é tempo de olharmos a vida com honestidade, integridade, humildade e humanidade, onde compreendo que a essência da formação deste GT aspira resultados nessa direção.

É certo que não mudaremos o mundo, mas estamos iniciando um movimento positivo, bom - pelo nosso agir, no nosso lugar, a partir do meu SER e ESTAR. Como seres humanos devemos ser inspiração positiva na vida das pessoas, dando dignidade a todos, e o contexto educacional é campo fértil feito centelha. Subvertemos os valores de convivência democrática, subvertemos os valores do respeito pela dignidade humana, ignorando que a dignidade humana é um bem sagrado.

É nesse contexto que assistimos as guerras, não somente entre nações, mas a guerra do preconceito e discriminação humana: seja contra as mulheres, a violência na base de gênero – que infelizmente está presente em todo e

qualquer estrato social; contra as etnias; ou sobre a classificação social – que tem seus parâmetros impostos ou programados, legitimando a classe de dominantes e dominados, enfim, este grupo de estudo (GT) poderá consolidar orientações, que serão sementes de um novo horizonte social.

A temática em discussão imbrica - interliga tantas outras, como pensadamente já fui dando vasão, margeando cada uma delas no desenvolvimento desta narrativa, agora inclusive estimula o palpitar das tecnologias.

Alcançamos o mundo exterior em segundos pela tecnologia, mas nos distanciamos do nosso mundo interior – com tanta tecnologia, quanta solidão, quanto preconceito, quanta discriminação.

É urgente incutirmos, ou observarmos para o educador – professor, a importância da sensibilidade do olhar do mestre humanizado, para observar a sala de aula com o real sentido da vida... que é o básico: reconhecer e valorizar a dignidade do ser humano.

Devemos incentivar o relacionamento de ternura, de proteção, de nos sentirmos completos quando nos relacionamos com os outros seres humanos, da mesma maneira que nos relacionamos com uma criança – com solidariedade e empatia, um estado de equilíbrio, não de receio, ou de ameaça. Devemos reconquistar os valores da solidariedade humana, de aceitação da diferença somente como diversidade - **sendo a atenção às crianças na idade escolar o futuro que ambicionamos construir, sem discriminação racial, assegurando o direito de todos, tendo a igualdade como princípio.**

Senhores constituintes deste GT, sem dúvida, o CEE-SC vai estimular grandes movimentos em torno deste tema, alertando inclusive, que as grandes causas coletivas parecem que se esvaíram, e que a sociedade precisa se repensar urgentemente, retomando discussões de temáticas sociais relevantes, pois já vivemos  $\frac{1}{4}$  do tempo do século XXI.

Eis então a retomada do processo, acredito eu.

O básico, o simples, o natural, aquilo que não custa muito fazer, e que não depende unicamente de governos, basta agirmos na condição de constituintes das INSTITUIÇÕES, pois depende muito de cada um de nós, da atitude que nós decidimos, que escolhemos ter como a nossa maneira de SER e ESTAR na vida, e do agir em sociedade.

Institucionalmente o Conselho Estadual de Educação pode orientar o SER e o ESTAR da sociedade diante das urgências sociais da humanidade, a partir de SC.

Enfim, para tudo temos um exemplo, temos uma inspiração, assim, também podemos ter ou ser uma referência.

Nesta direção do exemplo e referência eu finalizo com uma citação de São Lucas:

**“Da abundância do coração fala a boca”**, ou seja, a palavra expressa o que abunda no meu coração.

Nós podemos mudar este cenário, sem dúvida.

Se alguma coisa nos uniu ao longo destes últimos meses, foi o nosso sentimento de vulnerabilidade em relação ao presente e de incerteza em relação ao futuro.

Agora sabemos, mais do que nunca, que é necessária uma ação urgente para alterar o curso da humanidade e salvar perspectivas futuras, mesmo que pareçam remotas, mas são necessárias novas rupturas.

Contudo, essa ação deve ser de longo prazo e aliada a um pensamento estratégico. A educação desempenha um papel vital para enfrentar esses desafios assustadores.

O CEE – SC empreende, mais uma vez, o estímulo de um novo olhar para a educação, e nesta perspectiva, é a nossa chance de reparar as injustiças do passado e transformar o futuro, orientando bons caminhos.

Acima de tudo, ele se baseia no direito à educação de qualidade ao longo da vida, abraçando o ensino e a aprendizagem como esforços sociais compartilhados e, portanto, bens comuns.

Compreendo que, quando o CEE-SC assume para si tamanha responsabilidade, estimulando o debate entorno de um tema tão sensível, é porque tem a visão de que a educação não é uma tarefa impossível.

Para o CEE-SC em todas as demandas desafiadoras há esperança, especialmente quando o apelo envolve as gerações mais jovens.

No entanto, a temática em debate diz respeito a toda a humanidade, com toda a sua criatividade e toda a sua inteligência, que deve ser mobilizada se quisermos garantir que a inclusão, a equidade, os direitos humanos e a paz definam o nosso futuro, não por acaso debatemos este tema aqui, neste egrégio conselho – que em muitas outras oportunidades já foi pioneiro ao discutir outras temáticas, mostrando o caminho, cumprindo o seu papel de orientação educacional.

Em última análise, é isso que este estudo orientativo do CEE-SC nos convida a fazer e, portanto, ainda que apenas por isso, ele apresenta lições valiosas para cada um de nós.

O futuro da educação deve ser imaginado de forma local e democrática. Apenas por meio de ações coletivas e individuais a nossa rica diversidade de povos e culturas será aproveitada, para que os futuros que queremos possam ser realizados.

A humanidade é “única”; entretanto, ela não compartilha bem seus recursos, nem suas relações, não são saudáveis, nem sustentáveis, pois existem desigualdades inaceitáveis entre as diferentes regiões do estado, do país e do mundo.

O CEE-SC está no caminho certo, a educação é o principal caminho para enfrentar essas desigualdades enraizadas. Com base no que sabemos, precisamos transformar a educação.

As salas de aula e as escolas são essenciais, mas, no futuro, elas precisarão ser construídas e vivenciadas de forma diferente.

A educação deve desenvolver as habilidades necessárias do século XXI, levando em consideração a natureza mutável do trabalho e as diferentes formas pelas quais a segurança econômica pode ser suprida, sem dúvida é o caminho, mas não podemos perder de vista uma educação humanizada, uma educação cidadã, que discuta a realidade social contemporânea de cada realidade, de cada localidade.

A visão do CEE-SC, assegura o respeito pelos direitos humanos e a preocupação com a educação como um bem comum, que deve se tornar as linhas centrais que costuram o nosso mundo compartilhado e o nosso futuro interconectado.

Este documento é o resultado do trabalho coletivo da Comissão de Planejamento, com a participação e ciência de todos os membros deste colegiado, com a representação da sociedade civil – que participou efetivamente do processo estabelecido, culminando com a consulta pública, onde as propostas apresentadas surgem de um processo amplo de

participação e construção conjunta, o qual mostrou que a criatividade, a perseverança e a esperança são abundantes em um mundo de incerteza, complexidade e precariedade cada vez maiores, mas este colegiado demonstra a possibilidade de novas formatações, construindo o futuro desejado, tão sonhado por todos nós educadores.

Em particular, o documento construído pelo CEE-SC, relatado por mim, aponta para o futuro a partir das observações que compilamos da manifestação da sociedade participante, que apontam as seguintes temáticas relevantes – no contexto da discriminação e do preconceito, que devem ser repensadas no agir da educação básica, cumprindo a transversalidade das temáticas sociais relevantes, que são: **sustentabilidade; conhecimento; aprendizagem; professores e o ensino; trabalho, habilidades e competências; cidadania; democracia e inclusão social; educação pública; e ensino superior na formação inicial, na pesquisa e inovação** – toda as contribuições recebidas da participação da sociedade civil estão ancoradas, bem como respaldadas na BNCC para o território catarinense.

Senhor presidente, professor Osvaldir Ramos, nossa esperança é que o resultado deste estudo seja abertura para um diálogo público e o necessário chamado à ação coletiva, servindo de catalisadores para delinear futuros para a humanidade, e futuros que sejam pacíficos, justos e sem preconceitos e discriminação no ambiente escolar.

A pedagogia da transversalidade deve ser organizada com base nos princípios de cooperação, colaboração e solidariedade, complementando a educação “formal”.

Ela deve promover as capacidades intelectuais, sociais e morais dos estudantes, para que trabalhem juntos e transformem o mundo com empatia e compaixão.

O debate instaurado também sugere que há o que “desaprender”, como vieses, preconceitos e polarizações hostis.

A avaliação deste processo do debate colaborativo, motivado pelo CEE, deve refletir esses objetivos pedagógicos, de modo a promover crescimento e aprendizagem significativos para todos os estudantes, como resultado do empoderamento do professor.

Os currículos devem enfatizar a aprendizagem intercultural e interdisciplinar que apoie os estudantes no acesso e na produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, a aprendizagem deve desenvolver a capacidade de criticar e aplicar esse conhecimento, discutindo os descompassos sociais, que possam estar ocorrendo naquele contexto educacional.

Os currículos devem abraçar uma compreensão da humanidade que reequilibre a maneira pela qual nós nos relacionamos uns com os outros.

A disseminação de desinformação deve ser combatida por meio da alfabetização científica, digital e humanística, que desenvolva a capacidade dos estudantes de distinguir a falsidade da verdade, diminuindo canais para o preconceito e a discriminação.

Em termos de conteúdos, métodos e políticas educacionais, devemos promover a cidadania ativa e a participação democrática.

O ensino deve ser profissionalizado ainda mais como um esforço colaborativo, com os professores sendo reconhecidos por seu trabalho como produtores de conhecimento e figuras fundamentais na transformação educacional e social.

A colaboração e o trabalho em equipe devem caracterizar a atuação dos professores. A reflexão, a pesquisa e a criação de conhecimentos e as novas

práticas pedagógicas devem se tornar parte do ensino – formatando um arranjo colaborativo de conhecimento e saberes.

Isto significa que a autonomia e a liberdade dos professores devem ser apoiadas, e que eles devem participar de forma plena do debate público e do diálogo sobre os futuros da educação.

As escolas devem ser espaços educacionais protegidos, uma vez que apoiam a inclusão, a equidade e o bem-estar individual e coletivo. Também devem ser reimaginadas para melhor promover a transformação do mundo rumo a futuros mais justos, equitativos e sem preconceitos.

As escolas devem ser lugares que reúnam grupos diversos de pessoas e os exponham a desafios e possibilidades que não estão disponíveis em outros lugares.

As arquiteturas, os espaços, os horários, os cronogramas de aulas e os agrupamentos de estudantes nas escolas devem incentivar e permitir que os indivíduos trabalhem juntos.

Devemos aproveitar e ampliar as oportunidades educacionais que surgem ao longo da vida e nos diferentes espaços culturais e sociais. Em todos os momentos da vida, as pessoas devem ter oportunidades educacionais significativas e de qualidade.

Devemos conectar os locais de aprendizagem naturais, construídos e virtuais, aproveitando de forma cuidadosa os melhores potenciais de cada um deles em favor da inclusão, diminuindo a discriminação.

As principais responsabilidades recaem sobre os governos, cuja capacidade de financiamento e regulamentação da educação deve ser fortalecida – eis aqui a oportunidade de fortalecimento da regulação da educação a partir da ação deste colegiado na prática.

Ao estudarmos esta temática, concluímos que a sobrevivência dos direitos humanos está em risco.

A própria ideia de que a dignidade de cada pessoa é preciosa; o compromisso de que todas as pessoas tenham direitos básicos – ou seja, todas essas questões estão em risco, não havendo uma conscientização humanizada coletiva.

Para alterar o rumo e imaginar futuros alternativos, devemos urgentemente reequilibrar nossos relacionamentos uns com os outros, com o planeta vivo e com a tecnologia.

Devemos reaprender nossas interdependências, bem como o nosso lugar e a nossa ação em um mundo que transcende a humanidade.

Enfrentamos múltiplas crises que se sobrepõem.

A necessidade de um novo olhar para a educação é urgente.

A educação é a base para a renovação e a transformação de nossas sociedades.

Ela mobiliza o conhecimento para nos ajudar a navegar em um mundo transformador e incerto.

O poder da educação está em sua capacidade de nos conectar ao mundo e aos outros, de nos mover para além dos espaços que já habitamos e nos expor a novas possibilidades – sem preconceitos e discriminações.

Ajuda a nos unir em torno de esforços coletivos; proporciona a ciência, o conhecimento e a inovação de que precisamos para enfrentar desafios comuns.

A educação fomenta a compreensão e constrói capacidades que podem ajudar a assegurar que nossos futuros sejam mais socialmente inclusivos, economicamente justos e sem discriminação.

Famílias, comunidades e governos em todo o mundo sabem bem que, apesar das deficiências, as escolas e os sistemas educacionais podem criar oportunidades e proporcionar caminhos para o avanço individual e coletivo. Governos e organizações da sociedade civil reconhecem que a educação é um fator fundamental, embora não o único, para progredir em direção aos objetivos de desenvolvimento desejáveis, assim como para desenvolver habilidades e competências para o trabalho e apoiar a cidadania engajada e democrática. A educação é, com razão, um pilar da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (os ODS) – uma visão inclusiva para a humanidade promover o bem-estar, a justiça e a paz para todos, bem como relações sustentáveis com o meio ambiente, bem como também o ambiente onde se convive em sociedade – relacionamentos interpessoais.

No entanto, a educação em todo e qualquer espaço continua aquém das aspirações que temos para ela.

Apesar da significativa expansão de acesso em todo o território nacional, múltiplas exclusões continuam negando o direito fundamental à educação de qualidade a centenas de milhões de crianças, jovens e adultos.

A discriminação persiste, muitas vezes de forma sistêmica, em relação a gênero, etnia, língua, cultura e formas de conhecimento. A falta de acesso à educação é agravada por uma crise de relevância; pois, com demasiada frequência, a aprendizagem formal não atende às necessidades e às aspirações de crianças, jovens e comunidades.

Uma educação de baixa qualidade sufoca a criatividade e a curiosidade. Os padrões de desinteresse e abandono/evasão escolar em todos os níveis educacionais apontam para as inadequações do modelo de escolaridade atual para oferecer para crianças e jovens uma aprendizagem significativa e um senso de propósito e autonomia para agir ou escolher suas ações.

Cada vez mais, aqueles que têm acesso à educação não estão preparados para os desafios do presente nem para os do futuro. Além disso, frequentemente, os sistemas educacionais reproduzem e perpetuam as próprias condições que ameaçam nossos futuros compartilhados – seja devido à discriminação e à exclusão ou aos estilos de vida insustentáveis, limitando o potencial da educação de ser verdadeiramente transformadora.

Esses fracassos coletivos reforçam a necessidade de uma nova visão compartilhada, assim como princípios e compromissos renovados que possam estruturar e orientar nossas ações na educação.

O ponto de partida para qualquer novo olhar para a educação é uma visão compartilhada dos propósitos públicos da educação. Esta nova concepção consiste nos princípios fundamentais e organizacionais que estruturam os sistemas educacionais, bem como no trabalho distribuído que se realiza para construir, manter e refinar esses princípios.

Durante o século XX, a educação pública visava, essencialmente, a apoiar os esforços nacionais de cidadania e desenvolvimento. Ela assumiu principalmente a forma de escolaridade obrigatória para crianças e jovens.

Atualmente, no entanto, dados os graves riscos que enfrentamos, é urgente que reinventemos a educação para nos ajudar a enfrentar os desafios comuns. O novo olhar para a educação deve nos ajudar a nos unir em torno de esforços coletivos e fornecer o conhecimento e a inovação necessários para construir futuros promissores e pacíficos para todos, que sejam fundamentados na justiça social, econômica e sem discriminação.

Construir um novo olhar significa explorar a maneira pela qual as formas estabelecidas de pensar sobre a educação, o conhecimento e a aprendizagem

nos inibem de abrir novos caminhos e avançar em direção aos futuros que desejamos.

Este estudo não é apenas mais um chamado para recomeçar. Precisamos de novas pedagogias, novas abordagens curriculares, um novo compromisso com os professores, uma nova visão de escola e uma nova valorização dos tempos e espaços da educação, mas isso não significa que nos livramos do que já temos.

Devemos, em vez disso, examinar as melhores tradições pedagógicas e educacionais, renovar essa herança e adicionar novos elementos promissores que nos ajudarão a delinear os futuros interconectados da humanidade superando a discriminação e todo e qualquer preconceito.

A pedagogia da solidariedade deve estar alicerçada em uma educação inclusiva e intercultural – que seja capaz de reparar todas as formas de discriminação e segregação no acesso, incluindo crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, e aqueles que enfrentam a intolerância baseada em raça, identidade de gênero, classe, deficiência, religião ou nacionalidade.

O direito à inclusão, com base nas diversas realidades de cada pessoa, está entre os mais fundamentais de todos os direitos humanos. A pedagogia deve acolher os estudantes na comunidade educacional e ajudá-los a desenvolver as habilidades para serem inclusivos e apreciarem a dignidade de todas as outras pessoas.

A pedagogia sem inclusão enfraquece a educação como um bem comum e impossibilita o alcance de um mundo em que a dignidade e os direitos humanos de todos sejam respeitados.

E a própria aprendizagem deve valorizar a diversidade, a diferença e o pluralismo como ponto de partida e permitir que os estudantes combatam diretamente o fanatismo e a discriminação.

Nenhuma pessoa ou perspectiva isolada pode possuir todas as soluções para os desafios complexos e multifacetados que enfrentamos nos contextos que dão espaço a discriminação.

A pedagogia da solidariedade também deve reconhecer e corrigir as exclusões e os apagamentos sistemáticos impostos pelo racismo, pelo sexismo, pelo colonialismo e pelos regimes autoritários em todos e quais quer dos contextos. Sem a valorização de diferentes culturas e epistemologias, de diferentes formas de viver e ver o mundo, é impossível construir uma pedagogia da solidariedade capaz de mobilizar essas diferenças em tempo real.

A mobilidade dos seres humanos cada vez maior em todo o mundo, seja por escolha ou por deslocamento forçado, criou novas realidades pedagógicas que trazem a diversidade cultural e racial do mundo diretamente para salas de aula e ambientes educacionais.

Os professores estão trabalhando em novos ambientes com estudantes que possuem diversas histórias educacionais, línguas e culturas. Pedagogias de respeito, inclusão, pertencimento, construção da paz e transformação de conflitos vão além de apenas reconhecer ou tolerar a diferença.

Elas devem incentivar os estudantes a sentarem-se lado a lado e trabalharem juntos.

A educação que permite aos jovens compreender e relacionar o seu passado, presente e futuro, analisar as desigualdades que definem as suas experiências, enfrentar a exclusão e a marginalização, é uma das melhores preparações para futuros desconhecidos, sendo, sem dúvida, um laboratório natural para exercitar as habilidades e competências estabelecidas pela BNCC.

O mundo é rico em sociedades multiculturais e multiétnicas e a educação deve promover a cidadania intercultural. Além de aprender sobre o valor da diversidade, a educação deve promover as habilidades, os valores e as condições necessárias para o diálogo horizontal e democrático com diversos grupos, sistemas e práticas de conhecimento.

A base para a cidadania intercultural é a afirmação das próprias identidades culturais. O ponto de partida para respeitar os outros é saber quem você é.

A educação intercultural não deve ser usada como ferramenta para a formação de grupos marginalizados pela sociedade dominante, como as minorias culturais, os povos indígenas, quilombolas, do campo, ou outros grupos, e sim para promover relações de poder mais equilibradas e democráticas em nossa sociedade.

Necessitamos de pedagogias que criem trocas de conhecimentos, práticas e soluções mutuamente enriquecedoras, baseadas na complementaridade, reciprocidade e respeito.

É por meio de nossas diferenças que educamos uns aos outros e é por meio de nossos contextos compartilhados que o que aprendemos ganha significado. É importante distinguir a diferenciação pedagógica que atende às diferenças dentro de um espaço comum, da aprendizagem hiperpersonalizada, definida pela IA, que descontextualiza e afasta os estudantes dos espaços e dos relacionamentos públicos e coletivos.

Nossas diferenças devem ser sintetizadas em uma maior compreensão mútua. A pedagogia sempre acontece em uma relação de espaço e tempo emergente, intrinsecamente heterogênea e sempre em construção.

Pode haver duas cópias idênticas de um mesmo livro, mas não há duas maneiras idênticas de lê-lo.

Pode haver dois planos de aula ou unidades curriculares idênticas, mas não existem duas formas idênticas de ensino.

Precisamos de um complemento humano e um contrapeso à crescente onipresença de sistemas automatizados que empregam IA e prometem fornecer caminhos prontos para o ensino, para a aprendizagem ou para a avaliação.

Quando utilizadas, as limitações de tais técnicas devem permanecer à vista de forma clara, bem como os riscos de reforçar as estruturas de poder existentes e as suposições problemáticas que tendem a marginalizar aqueles que “desempenham” a aprendizagem de maneira diferente dos outros.

Nossas energias devem se concentrar nas práticas arriscadas de empatia, ética, solidariedade, construção conjunta e justiça, que precisam ser ensinadas e aprendidas com paciência e para as quais não há atalhos tecnológicos.

Esses são atos profundamente humanos melhor oferecidos por seres humanos.

Pedagogias de cooperação e solidariedade exigem mais do que abraçar e comprometer-se a apoiar a diversidade. Elas exigem desaprender os vieses, os preconceitos e as segregações em grupos devido a discórdias hostis.

De fato, o conhecimento não é um produto acabado e embalado para transmissão.

A prática pedagogia pode iluminar a maneira pela qual o conhecimento tem sido constituído historicamente e construído dialogicamente, ao invés de apenas promover sua transmissão.

Os recursos culturais são uma parte fundamental das nossas relações com o conhecimento. Cada vez mais, a política educacional tem buscado abordar as

desigualdades de gênero, raça, etnia, religião, residência, nacionalidade, status de documentação, deficiência, identidade sexual ou classe social de origem. No entanto, menos atenção é dada ao silenciamento e à exclusão de memórias coletivas, aspirações, tradições culturais e saberes indígenas, quilombolas, do campo, dos ribeirinhos, dentre tantas outras singularidades na educação e nos conhecimentos comuns, que poderiam brilhar na participação dos espaços abertos aos saberes populares – em regime de colaboração.

Aprender a examinar com senso crítico o conhecimento dominante estabelecido é central para a pedagogia da solidariedade.

O estudo nos sinaliza que devemos aprender a desaprender, criando um novo olhar para a educação.

Sem dúvida, reunir-se, explorar as realidades desconhecidas um do outro e se envolver com o conhecimento estabelecido usando o senso crítico pode ser difícil, até mesmo perigoso.

Todos os ambientes educacionais devem ser lugares de segurança, até mesmo de refúgio, onde os estudantes são encorajados a experimentar, ousar, falhar e criar a partir do seu *locus*.

A pedagogia deve estimular a imaginação e o pensamento criativo, além de promover a liberdade intelectual que inclui o direito de cometer erros e aprender com eles.

Ambientes que permitem e possibilitam esse trabalho de aprendizagem, às vezes confuso, são fundamentais para, de fato, desenvolver a compreensão, a empatia, as estruturas éticas e a valorização das diferenças de compreensão e pontos de vista.

Os educadores devem trabalhar para criar ambientes que permitam que os estudantes sejam vulneráveis e livres do medo de julgamento quando lidam com novas ideias e conhecimentos difíceis, por vezes contradizendo suas práticas.

Nesta direção, o saber está intimamente ligado ao sentimento. A inteligência humana está diretamente ligada à consciência e ao afeto, sem dúvida.

Ao reconhecer essa interconexão, abre-se um imenso campo de possibilidades educacionais. Podemos contrariar qualquer visão única e monocultural, além de valorizar um conjunto de outras formas de conhecer e sentir, diferentes epistemologias e formas de viver.

A descolonização da pedagogia pode ser alcançada por meio de relações construtivas e horizontais entre pressupostos e perspectivas epistemológicas.

Pre vemos também a importância da educação para a justiça reparadora e a solidariedade.

A solidariedade sempre foi vital para a construção coesa da sociedade e, recentemente, se tornou um importante objetivo pedagógico na aprendizagem formal e na menos formal.

As pedagogias da solidariedade ajudarão a transcender os regimes opressores, construindo a consciência da necessidade de conscientização e ação coletiva.

O trabalho educacional pode se concentrar em uma ampla solidariedade por meio de simpatia, empatia e compaixão para criar possibilidades de cura de uma sociedade desumanizada.

A empatia, como a capacidade de lidar com e sentir o próximo, juntamente com a ética, é parte integrante da justiça.

Aprender a curar injustiças passadas precisa ser um componente importante das pedagogias de cooperação e solidariedade.

A formação inicial do professor faz a diferença neste novo olhar para a educação.

Assim, também será possível imaginar um futuro de renovação universitária, onde a missão educacional intergeracional esteja no centro e sempre posta em relação ao conhecimento e à pesquisa.

As instituições técnicas e profissionais às vezes enfrentam o outro lado desse pêndulo – com frequência, o ensino é limitado à formação e à técnica, e questões sociais, éticas e conceituais mais profundas são deixadas de lado.

O desenvolvimento e a aplicação de capacidades produtivas tão essenciais para nossos futuros individuais e coletivos, no entanto, deve ser visto como um rico campo pedagógico para o desenvolvimento de uma compreensão profunda, assim como de habilidades proficientes e atitudes reflexivas.

Para renovar a missão educacional da educação superior, é necessário ter fortes ligações com a educação primária (família) e secundária (escola) e empenhar-se em estratégias pedagógicas para além da aula expositiva tradicional e do modelo de transmissão vigente.

O trabalho cooperativo entre estudantes, o desenvolvimento de projetos de pesquisa, a resolução de problemas, o estudo individual, o diálogo em seminário, o estudo de campo, a redação, a pesquisa-ação, os projetos comunitários – essas e muitas outras formas pedagógicas – devem estar presentes na educação superior, na formação inicial do professor.

Para trazer a pedagogia de volta ao primeiro plano, é necessário dar maior valor ao trabalho docente dos professores e apoiar sua aprendizagem e crescimento pedagógicos.

Valores como respeito, empatia, igualdade e solidariedade devem ser fundamentais para a missão de universidades, faculdades e institutos técnicos no futuro.

A educação superior deve fomentar a ética e apoiar os estudantes a serem cidadãos melhores e mais capazes, com maior consciência das suas responsabilidades cívicas.

A educação superior também deve ser relevante sócio e culturalmente. A valorização da diversidade cultural, o compromisso com a defesa dos direitos humanos e a intolerância ao racismo, ao sexismo, ao elitismo, ao etnocentrismo e à discriminação em todas as formas devem ser objetivos educacionais fundamentais.

A educação superior que promove tais valores e princípios ultrapassa os limites das salas de aula e dos espaços virtuais. Ela está em constante evolução em seu conteúdo, pois capacita os indivíduos a se tornarem versões melhores de si mesmos, a levar adiante sistemas de valores fortes e a transformar seus ambientes.

Este contexto propõe que, em um novo olhar para a educação, a prática pedagógica deve ser organizada em torno de princípios de cooperação e de solidariedade, e construir as capacidades dos estudantes para trabalharem juntos para transformar o mundo.

Ao olharmos para o futuro, existem quatro princípios para orientar o diálogo e as ações necessárias para levar essa recomendação adiante:

- A interconectividade e as interdependências devem ser a base da pedagogia. As relações que existem entre professores, estudantes e conhecimento estão presentes em um mundo mais amplo. Todos os estudantes estão conectados ao mundo e toda a aprendizagem ocorre no e com o mundo. Os estudantes devem aprender como as ações dos outros os afetam e como suas ações afetam os outros e, por esse motivo, as salas de

aula e as escolas devem colocar os estudantes em contato com outras pessoas que são diferentes deles.

- A cooperação e a colaboração devem ser ensinadas e praticadas de maneira apropriada em diferentes níveis e idades. A educação constrói as capacidades dos indivíduos para trabalharem juntos a fim de transformar a si mesmos e ao mundo, e a cooperação e a colaboração são características definidoras das comunidades de aprendizagem. Isso pode ser tão verdadeiro para a educação e aprendizagem de adultos quanto para a educação infantil.

- Solidariedade, compaixão, ética e empatia devem estar enraizadas na forma como aprendemos. Devemos acolher a plena diversidade dos recursos culturais da humanidade na educação e ir desde a valorização da diversidade e do pluralismo até apoiá-los e sustentá-los. O ensino deve se concentrar em desaprender os vieses, o preconceito e a segregação. A empatia – a capacidade de lidar com e sentir o próximo – é essencial para a construção de pedagogias de solidariedade.

- A avaliação deve estar alinhada a esses objetivos e ser significativa para o crescimento e a aprendizagem dos estudantes. Exames, testes e outros instrumentos de avaliação devem se harmonizar com os propósitos e as intenções educacionais. Uma grande quantidade de aprendizagem relevante não pode ser facilmente medida ou quantificada. As avaliações formativas orientadas pelo professor para promover a aprendizagem do estudante devem ser priorizadas. Devemos reduzir a importância da avaliação padronizada competitiva e muito relevante. Nos âmbitos local, nacional, regional e internacional, todos nós devemos trabalhar juntos para tornar as pedagogias da cooperação e da solidariedade comuns e acessíveis a todos, com um futuro promissor.

Devemos passar de uma visão limitada da educação para um compromisso sério com seus propósitos maiores. As abordagens curriculares devem vincular o domínio cognitivo com habilidades de resolução de problemas, inovação e criatividade, bem como incorporar o desenvolvimento da aprendizagem social e emocional e a aprendizagem sobre si mesmo – aprimorando suas competências.

Os tipos de engajamento da transversalidade das temáticas sociais relevantes nos currículos educacionais visam unir e libertar uma sociedade fragilizada.

As temáticas sociais relevantes visam a apoiar a inclusão, a igualdade de gênero, o desmantelamento das injustiças e a ampla luta contra as desigualdades necessárias para futuros juntos.

Para finalizar, os professores que se constituem em espaços educacionais inclusivos.

À luz de tais possibilidades colaborativas, pode-se compreender melhor o papel de convocação que os professores desempenham na construção de novas paisagens educacionais com uma multiplicidade de locais e presenças, constituindo os ambientes de aprendizagens.

Esses novos ambientes não serão fruto do acaso, mas do trabalho sistemático e intencional realizado em cada localidade.

Líderes locais, anciãos, autoridades, comunidades e famílias têm papéis fundamentais a desempenhar, se chamados forem, em regime de colaboração. Profissionais liberais, técnicos, especialistas, dentre outros, podem reforçar ainda mais a dinâmica única e orquestrada pelos professores, que os estudantes podem trazer para os ambientes de aprendizagem, no compartilhamento de saberes.

Os ambientes educacionais em torno das escolas devem constituir uma rede de espaços de aprendizagem, diminuindo as desigualdades, preconceitos e discriminação.

Esta prática auxiliará a diluir ou apagar as divisões entre aprendizagem em sala de aula e atividades extracurriculares, dentro ou fora das escolas.

Os professores são fundamentais para elaborar e construir as conexões que sustentam essas redes, mas para fazer isso efetivamente, é preciso haver uma mudança em seus hábitos e costumes, em suas identidades e em suas identificações.

Com este papel social e institucional **como articuladores de novos ecossistemas educacionais e redes de espaços de aprendizagem**, os professores e as suas equipes de colegas surgem como agentes importantes na formação dos futuros da educação – assegurando o debate das temáticas sociais relevantes, bem como compreendemos que a tarefa de ensinar não é realizada por único indivíduo que, em uma sala de aula e a portas fechadas, orienta o estudante nas atividades ou nas aulas.

Em vez disso, precisamos pensar o ensino como um trabalho que ocorre em toda a escola e junto com outros educadores, com a família e toda a comunidade escolar.

A transição do foco nas salas de aula para as escolas como organizações de aprendizagem, na realização de projetos integradores, nem sempre é fácil.

De fato, a rigidez da escolarização pode dificultar os processos colaborativos na profissão docente. A ideia de colaboração não reduz as obrigações ou a importância dos indivíduos.

Em vez disso, introduz novas responsabilidades para agir coletivamente em todo o espaço escolar e assumir papéis individuais aprimorados na gestão e direção das escolas.

As tentativas de forçar a colaboração, no entanto, são fúteis e contraproducentes. Devem ser realizadas mudanças culturais na organização do currículo e na prática pedagogia, de modo a fomentar naturalmente a colaboração.

Se toda a educação é organizada com professores lecionando em sala de aula, a colaboração é inútil.

Porém, se a aprendizagem se organiza em diversos espaços e tempos, a partir de problemas e projetos, a colaboração torna-se indispensável.













# Assinaturas do documento



Código para verificação: **0L43RW7K**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

-  **OSVALDIR RAMOS** (CPF: 306.XXX.269-XX) em 05/04/2024 às 14:47:05  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:52:34 e válido até 13/07/2118 - 14:52:34.  
(Assinatura do sistema)
-  **MOISÉS DIERSMANN** em 05/04/2024 às 15:39:37  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 14/11/2022 - 15:38:11 e válido até 14/11/2122 - 15:38:11.  
(Assinatura do sistema)
-  **MEHRAN RAMEZANALI** (CPF: 420.XXX.729-XX) em 05/04/2024 às 16:24:38  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 21/03/2023 - 16:26:01 e válido até 21/03/2123 - 16:26:01.  
(Assinatura do sistema)
-  **ANA CLÁUDIA COLLAÇO DE MELLO** (CPF: 674.XXX.059-XX) em 06/04/2024 às 19:40:20  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:15:54 e válido até 13/07/2118 - 13:15:54.  
(Assinatura do sistema)
-  **FELIPE FELISBINO** (CPF: 000.XXX.469-XX) em 07/04/2024 às 12:16:43  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 31/05/2019 - 17:26:50 e válido até 31/05/2119 - 17:26:50.  
(Assinatura do sistema)
-  **CELSO LOPES DE ALBUQUERQUE JUNIOR** (CPF: 017.XXX.759-XX) em 08/04/2024 às 08:58:21  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/01/2020 - 17:43:42 e válido até 20/01/2120 - 17:43:42.  
(Assinatura do sistema)
-  **PATRICIA LUEDERS** (CPF: 027.XXX.569-XX) em 08/04/2024 às 10:19:33  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 19/10/2020 - 16:08:04 e válido até 19/10/2120 - 16:08:04.  
(Assinatura do sistema)
-  **SÔNIA REGINA VICTORINO FACHINI** (CPF: 091.XXX.298-XX) em 08/04/2024 às 10:33:56  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/01/2023 - 17:40:57 e válido até 10/01/2123 - 17:40:57.  
(Assinatura do sistema)
-  **TITO LÍVIO LERMEN** (CPF: 200.XXX.320-XX) em 08/04/2024 às 16:13:09  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:12:17 e válido até 13/07/2118 - 15:12:17.  
(Assinatura do sistema)
-  **MARICELMA SIMIANO JUNG** (CPF: 007.XXX.639-XX) em 08/04/2024 às 16:38:10  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 26/03/2019 - 16:21:22 e válido até 26/03/2119 - 16:21:22.  
(Assinatura do sistema)



# Assinaturas do documento



- ✓ **NATALINO UGGIONI** (CPF: 481.XXX.699-XX) em 08/04/2024 às 16:55:19  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/03/2020 - 13:31:43 e válido até 02/03/2120 - 13:31:43.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ALVETE PASIN BEDIN** (CPF: 257.XXX.459-XX) em 08/04/2024 às 17:22:30  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:15:21 e válido até 13/07/2118 - 13:15:21.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **SIMONE SCHRAMM** (CPF: 399.XXX.189-XX) em 08/04/2024 às 17:29:26  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:44:48 e válido até 30/03/2118 - 12:44:48.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **DIOGO RAIMUNDO MARTINS** (CPF: 040.XXX.959-XX) em 09/04/2024 às 16:29:21  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 15/02/2024 - 13:22:04 e válido até 15/02/2124 - 13:22:04.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ADELICIO MACHADOS DOS SANTOS** (CPF: 533.XXX.619-XX) em 10/04/2024 às 10:47:28  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:11:16 e válido até 13/07/2118 - 13:11:16.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ANTÔNIO CARLOS NUNES** (CPF: 179.XXX.909-XX) em 10/04/2024 às 14:13:53  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 22/10/2020 - 13:36:27 e válido até 22/10/2120 - 13:36:27.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **CLAUDIO LUIZ ORÇO** (CPF: 621.XXX.409-XX) em 11/04/2024 às 17:36:09  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 21/03/2023 - 16:27:44 e válido até 21/03/2123 - 16:27:44.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MAURÍCIO FERNANDES PEREIRA** (CPF: 887.XXX.279-XX) em 11/04/2024 às 17:41:21  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:48:06 e válido até 13/07/2118 - 14:48:06.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ALEX CLEIDIR TARDETTI** (CPF: 033.XXX.349-XX) em 15/04/2024 às 07:38:54  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 18/04/2023 - 16:36:55 e válido até 18/04/2123 - 16:36:55.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **RAIMUNDO ZUMBLICK** (CPF: 288.XXX.889-XX) em 16/04/2024 às 15:06:08  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:36:53 e válido até 30/03/2118 - 12:36:53.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **SOLANGE SALETE SPRANDEL DA SILVA** (CPF: 609.XXX.039-XX) em 19/04/2024 às 09:35:40  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 22/03/2023 - 13:24:41 e válido até 22/03/2123 - 13:24:41.  
(Assinatura do sistema)



## Assinaturas do documento



Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VEXzcwNTRfMDAwMTI4MzJfMTI4MzdfMjAyMF8wTDQzUlc3Sw==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SED 00012832/2020** e o código **0L43RW7K** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.